

Prefácio

Após um forte crescimento econômico nos anos 2000, muitos países da América Latina e do Caribe (ALC) vêm experimentando uma desaceleração nos últimos anos. O crescimento econômico sofreu um golpe com a queda dos preços das *commodities*, a baixa produtividade e a persistência de uma elevada desigualdade, afetando tanto a renda quanto as oportunidades. Uma onda de escândalos de corrupção enfraqueceu ainda mais a confiança no governo e no setor privado. A ameaça de desilusão popular e diminuição da confiança nas instituições públicas é agora mais real do que nunca. Em 2018, apenas 34% da população da região da ALC afirmavam confiar em seu governo, um nível 4% mais baixo do que em 2007.

Esta publicação analisa o funcionamento do setor público na região da ALC e os desafios de governança pública que os países enfrentam. O fortalecimento da qualidade institucional é uma condição necessária para aumentar a confiança no governo e reduzir o descontentamento dos cidadãos. Além da solidez técnica, a reforma da governança pública exige uma profunda compreensão tanto da economia política como das expectativas dos cidadãos. A implementação incompleta de reformas anteriores, aliada a uma gestão ineficaz da economia política, continua a ser um importante desafio para alguns países da região. Para resolvê-lo, é essencial reconstruir a capacidade e superar a resistência de interesses poderosos, que ainda investem na preservação do *status quo*, inclusive aqueles que se beneficiam da falta de transparência e prestação de contas.

Esta terceira edição do *Panorama das Administrações Públicas: América Latina e Caribe 2020* contém o conjunto mais completo de indicadores sobre governança pública para a região, abrangendo finanças públicas e emprego, diversos processos governamentais, bem como os resultados fundamentais do governo. Além disso, pela primeira vez foram incluídos indicadores relacionados à integridade do setor público e à prestação de contas à sociedade na tomada de decisões. A esse respeito, os dados apresentados permitem aos leitores avaliar tanto a concepção das reformas da governança pública como sua implementação efetiva e justa por meio de uma boa gestão.

De modo geral, as evidências apresentadas nesta publicação destacam como a região obteve progressos notáveis em várias áreas, como o maior compromisso com o envolvimento das partes interessadas (*stakeholders*) na elaboração de regulações, a promoção da transparência no processo orçamentário e a melhoria do acesso aos dados governamentais. No entanto, muitos países da ALC ainda têm dificuldade de implementar políticas públicas efetivas, o que é ilustrado pelo fato de que, em média, suas leis sobre o financiamento político e o direito de acesso à informação são mais sólidas do que nos países da OCDE, mas há um descompasso em relação a sua adoção e aplicação.

É, portanto, necessária uma melhor implementação das políticas em áreas cruciais, o que inclui fortalecer a coordenação e o planejamento estratégico, melhorar a prevenção de conflitos de interesse, simplificar as regulações em geral, aperfeiçoar a consulta aos cidadãos e otimizar os sistemas de compras públicas. Isso ajudaria a melhorar a prestação de serviços públicos e, em última análise, contribuiria para recuperar a confiança dos cidadãos nos governos.

Além disso, um dos desafios mais prementes que os países da ALC enfrentam atualmente é melhorar a profissionalização de seu funcionalismo público. Na última década, o recrutamento baseado em mérito aumentou, e cerca de 80% dos países da ALC introduziram programas de treinamento para os servidores públicos. No entanto, é necessário fazer mais para melhorar a qualificação dos funcionários e evitar a politização do emprego público. Uma grande parte do funcionalismo ainda não está sujeita a procedimentos de contratação baseados no mérito. Além disso, apenas metade dos países da região introduziu treinamentos em liderança executiva e capacitação digital.

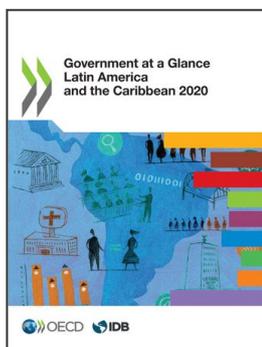
Com vistas a sustentar o crescimento inclusivo, os países da América Latina e do Caribe devem continuar a implementar reformas do setor público que promovam resultados como o aumento da confiança no governo e equidade para todos. Este relatório, produto de uma prolífera colaboração entre a OCDE e o BID, tem por objetivo contribuir para esse empreendimento, proporcionando pesquisa e indicadores rigorosos e baseados em evidências. Combina a metodologia e a experiência da OCDE como uma plataforma internacional para o diálogo sobre políticas com o conhecimento e a *expertise* do BID sobre a região. Esperamos que este estudo ofereça uma compreensão mais profunda da situação da governança pública na região da ALC e que possa ajudar os governos a realizar reformas mais bem-sucedidas no setor público para promover maior transparência, integridade e eficácia na governança pública.



Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría



Presidente do BID, Luis Alberto Moreno



From:

Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2020

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/13130fbb-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2020), "Prefácio", in *Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2020*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/8ebb48e0-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.